

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.021 - AL (2019/0167347-3)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : ALEXANDRE DE OLIVEIRA BARCELOS (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **ALEXANDRE DE OLIVEIRA BARCELOS** contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 157, § 2º, I e II, do Código Penal e 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006. A prisão foi convertida em preventiva.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* no Tribunal de origem, que denegou a ordem.

Neste *mandamus*, alega o recorrente ausência de elementos concretos para custódia cautelar. Destaca que a gravidade abstrata do delito e o fato de responder a outras ações penais não constitui elementos idôneos para manutenção da medida extrema.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da preventiva, aplicando medidas alternativas do art. 319 do CPP.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau, bem como senha processual, preferencialmente por malote digital, com **urgência**.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS
Relator